

UM OUTRO PROGRAMA: ACOLHIMENTO, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO DA CIDADE DE NATAL

João Pedro Aguiar de Medeiros¹

Karina Carvalho Veras de Souza²

RESUMO

O surgimento do termo “profissionais do sexo” na década de 1970 contextualizou-se pelo cenário de movimentos sociais de reivindicação por direitos trabalhistas das prostitutas e acesso a melhores condições de cidadania, o que se articulou a uma mudança de paradigma nas produções de saber a respeito da prostituição, passando-se de um enfoque moral e sanitário para um olhar norteado pelos direitos humanos. Nesse sentido, o presente estudo foi motivado inicialmente pelo contato estabelecido entre o autor e mulheres profissionais do sexo nas ruas da cidade de Natal através de um projeto de cunho social-religioso, onde foi possível conhecer um pouco das violações de direitos que perpassam a realidade de vida dessas mulheres historicamente submetidas a situações de vulnerabilidade social. A partir da temática exposta, objetivou-se discutir e problematizar o aspecto do acolhimento, assistência e inclusão social presente nas políticas públicas voltadas às mulheres profissionais do sexo na cidade de Natal. Para essa tarefa, desenvolveu-se um planejamento metodológico de duas etapas, sendo a primeira uma revisão bibliográfica e a segunda uma análise de conteúdo de leis ou documentos de referência que nortegassem políticas voltadas ao público das profissionais do sexo do município de Natal. Nesse processo somente a primeira etapa foi possível de se realizar, pois nenhuma lei ou documento sobre tais demandas foram encontrados no processo de busca, evidenciando-se a necessidade de maiores reflexões e problematizações sobre a temática tanto pelo âmbito profissional da Psicologia, como pelos responsáveis pela criação, desenvolvimento e gestão das políticas sociais da cidade.

Palavras-chave: Profissionais do sexo. Direitos humanos. Cidadania. Políticas públicas.

¹ Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

² Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

**ANOTHER PROGRAM: WELCOME, ASSISTANCE AND SOCIAL INCLUSION OF WOMEN
SEX PROFESSIONALS IN THE CITY OF NATAL**

ABSTRACT

Accepting the citizenship of social changes, the term *profis*, in the 1970s, contextualized the scenario of social movements of organization if “labor rights to better conditions of social paradigm change in artistic productions of better knowledge” regarding prostitution, passing from a moral and sanitary approach to a view guided by human rights. In this sense, the present study was motivated first by the project of women of sex in the streets of the city of Natal, where it was possible to know a little of the violations of rights that permeate the reality of life of new social women. From the exposed theme, the objective was to defend and problematize the aspect of reception, assistance and social inclusion present in public policies in the area of debate and women of sex in the city of Natal. For this task, a two-step methodological method was developed, the first being a bibliographic review and a two-step law content reference planning for public review of professional documents from the Natal sex set. Process, only the first step was possible to carry out, as no law or document on such demands were found in the search process, evidencing the need for further and problematization of the theme both by the professional scope of Psychology, as well as by those responsible for creating, development and management of the city's social policies.

Keywords: Sex workers. Human rights. Citizenship. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

O vídeo “Dia Mundial de Combate à Violência Contra as Profissionais do Sexo”, disponível no Youtube, relata a partir de falas pessoais de representantes da classe das profissionais do sexo como é o cotidiano de quem utiliza o sexo como ferramenta de trabalho, especialmente quem tem a rua como local de trabalho. Sendo sujeitas às mais diversas formas de violência, seja física, psicológica, sexual, cometidas por familiares, namorados, clientes, policiais ou um simples pedestre com quem se deparem nas calçadas da avenida, as articulações - formais ou informais - entre as profissionais

surgem na necessidade de lutar não só por direitos profissionais, mas sim pessoais; não só pela sobrevivência de uma profissão, mas pela sobrevivência da pessoa.

A partir de meados da década de 1970, através das reivindicações dos movimentos sociais em prol da garantia dos direitos das prostitutas, tanto ligados à cidadania quanto ao reconhecimento do exercício profissional como outro trabalho qualquer, surgiu o termo “profissionais do sexo” ou “trabalhadores do sexo” se referindo ao indivíduo que exerce a prostituição ou realiza o “comércio do sexo”. Desse contexto em diante, observou-se uma significativa mudança de paradigmas no que diz respeito aos campos de saber que produziam conhecimento sobre o tema da prostituição. Se até então a preocupação moral e sanitária, marcantes nas ciências jurídicas e saúde pública, eram fatores hegemônicos, passou-se a existir junto a elas o enfoque nos direitos sociais e humanos e na cidadania das profissionais do sexo. (ALVAREZ; TEIXEIRA RODRIGUES, 2001; ROBERTS, 1998; EDWARDS, 1997).

Em busca de maiores articulações nas discussões sobre a prostituição dentro de uma perspectiva de garantia de direitos sociais, sexuais e trabalhistas e do reconhecimento da cidadania das trabalhadoras do sexo, surgiram organizações como a Rede Nacional de Profissionais do Sexo e associações estaduais. Essas entidades foram fortemente impulsionadas pela realidade cotidiana de discriminação e violência, civil e policial, sofridas pelas profissionais do sexo no país. (BARRETO, 1995; LEITE, 1995; BRASIL, 2002).

Partindo-se dessa breve contextualização histórica dos desafios enfrentados pelas prostitutas ao longo de décadas em busca do reconhecimento de sua cidadania, a seguinte pesquisa foi motivada e tornou-se possível inicialmente pelo contato que o autor teve entre os anos de 2017 e 2019 com mulheres profissionais do sexo na cidade de Natal através de um projeto de cunho social e religioso que visava a construção de vínculos entre os membros do projeto (quatro mulheres e três homens) com as profissionais e certa aproximação das realidades e dificuldades diárias vivenciadas por elas. O projeto acontecia através de encontros com as trabalhadoras do sexo em seus locais de trabalho: a rua. Durante os anos, dois bairros da cidade foram contemplados com as atividades do projeto que aconteciam quinzenalmente. Nos diálogos que surgiam nesses encontros foi possível ouvir narrativas que transmitiam diversas formas de violências e violações de direitos que atravessaram e ainda atravessam a vida dessas mulheres. Seja no contexto familiar, amoroso ou profissional, essas histórias de

sofrimento produzem marcas em seus processos de subjetivação e constituem seus modos de ser.

Se tratando, majoritariamente, de mulheres negras, pobres e inseridas num contexto profissional marcado por forte discriminação social, discutir e problematizar como esses fatores podem ser influentes nas violações de direitos sofridas, portanto, é imprescindível para que as políticas e medidas estatais sejam coerentes com o contexto histórico e vivencial desse público. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e projetada uma análise de conteúdo sob o crivo da Psicologia Social Crítica objetivando discutir e problematizar o aspecto do acolhimento, assistência e inclusão social presente nas políticas públicas voltadas às mulheres profissionais do sexo na cidade de Natal.

2 DESENVOLVIMENTO

O ciclo de pesquisa foi projetado para ser desenvolvido em duas grandes etapas: a primeira, uma revisão bibliográfica e a segunda, uma análise de conteúdo. O processo se iniciou pelo estudo de artigos de bases científicas, como SciELO, Periodico CAPES e PePSIC. No campo de busca das bases foram inseridos descritores como “profissionais do sexo”, “psicologia”, “psicologia social”, “políticas públicas”, “inclusão social”, utilizando o operador booleano “AND”. Dentre os artigos encontrados, quatro foram selecionados por se aproximarem melhor da temática, lidos completamente e divididos entre duas categorias de análise. A partir dos materiais revisados, que trabalham a temática do acolhimento, assistência e inclusão social a mulheres profissionais do sexo sem delimitar-se a uma região, cidade ou estado específico, foram encontradas demandas mais gerais relacionadas ao cotidiano das profissionais do sexo, incluindo a violência e discriminação histórica sofridas por esse público, assim como suas lutas por direitos sociais e reconhecimento de cidadania.

Na primeira etapa, no que diz respeito à revisão bibliográfica, os resultados foram divididos entre as categorias de análise: a) cidadania, direitos humanos e trabalhistas; b) atenção sanitária. Na primeira foram contemplados os artigos: “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?”, “Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras” e “Sexo como profissão: relações das profissionais em questão com o poder público”. Por outro lado, a segunda

categoria foi composta apenas pelo artigo “A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil: uma revisão integrativa”.

O artigo “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” propõe uma discussão que permeia o cunho da legitimidade e reconhecimento da prostituição enquanto uma prática profissional como “outra qualquer”. Dentro dessa proposta, expõe discussões sobre como a inclusão da atividade na legislação do Ministério do Trabalho vem possibilitando avanços no combate à exclusão e discriminação sofrida pela categoria, revelando assim o modo como as políticas públicas brasileiras têm tratado a temática da prostituição. Sendo contempladas por direitos trabalhistas, surge-se alternativas para solucionar as problemáticas inerentes às relações profissionais, que deixam de ser tratadas diretamente por autoridades policiais respaldadas por aquilo que o Código Penal apresenta a respeito da prática da prostituição”, recebendo assim um olhar guiado pelas legislações trabalhistas.

O artigo “Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras” promove um estudo transversal baseado em dados de questionários respondidos por profissionais de dez cidades diferentes. Objetivando discutir a prevalência de violência contra mulheres profissionais do sexo - tema ainda pouco exposto nas produções científicas brasileiras - o artigo busca identificar possíveis fatores associados a essa violência, que não se desvincula à violência contra a mulher, mas enquanto violência de gênero, poderia se diferenciar das demais pelos estigmas e preconceitos sobre a figura da prostituta que se estruturaram historicamente sobre a sociedade. Dentre as mulheres que participaram desse estudo (um total de 2.523 profissionais), a maioria se declarou como parda, negra (76,1% se autorreferiram não brancas), jovem (54% tinham entre 18 e 29 anos), solteira (79,6% disseram não estar casadas ou vivendo com companheiro), com baixo nível de escolaridade (59,2% não completaram o Ensino Fundamental) e baixo poder aquisitivo (45% disseram ter renda mensal inferior a R\$ 600,00). Nesse sentido, os constituintes sócio-históricos dessa categoria, permeados pelas desigualdades de classe e de gênero, corroboram para uma maior vulnerabilidade dessas mulheres a enfrentarem situações de violação de direitos humanos. Decorrente dessas marginalizações, as profissionais convivem com uma realidade de violências físicas, verbais e sexuais, sendo os parceiros íntimos considerados os principais agressores desse público.

O terceiro artigo revisado, chamado “Sexo como profissão: relações das profissionais em questão com o poder público” desenvolve uma pesquisa por meio da técnica de objetivação participante, buscando a partir de profissionais do sexo no município de Santa Maria-Rio Grande do Sul-Brasil, investigar questões próprias às demandas desse público, assim como suas possibilidades autocuidado e o papel do Estado com relação a manutenção/efetivação desse exercício profissional. Além disso, a escolha da técnica de objetivação participante tornou possível um olhar sobre os anseios dessas mulheres, suas percepções e opiniões a respeito da profissão, assim como seus sentimentos e atravessamentos em relação à forma como são vistas pelos outros. Dentro desse processo, uma observação importante a partir do contato com as mulheres em questão foi a da consciência ressaltada em suas falas sobre o preservativo e seu correto manuseio. Tal fato pode ser considerado uma representação de como as ações do poder público voltadas às profissionais do sexo são englobadas como uma questão de saúde, marcadas pelo caráter de prevenção à transmissão de doenças venéreas.

O quarto e último artigo analisado, “A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil: uma revisão integrativa”, relata um trabalho de revisão integrativa, que partindo da questão central “O que a literatura científica brasileira apresenta sobre a assistência à saúde de mulheres em situação de prostituição?”, promove um estudo de pesquisas, literaturas teóricas e literaturas metodológicas que abrangem a temática. Como resultado do processo de pesquisa foram encontrados, dentre os trabalhos já realizados, textos constituídos por temas referentes à saúde das mulheres em contexto de prostituição, como doenças sexualmente transmissíveis, hábitos de vida, violência, saúde da mulher e métodos educativos em saúde voltados para essa população. Um outro detalhe é que do total de sete estudos coletados, quatro são produções de profissionais da Medicina, e três foram produzidos por autores da Enfermagem, sendo os da Medicina centrados especialmente no campo das fisiopatologias, em sua maioria ligadas às doenças sexualmente transmissíveis, enquanto que as produções da Enfermagem seguem um olhar mais voltado para os aspectos psicossociais que permeiam a saúde das prostitutas, trabalhando temáticas como a violência, hábitos e condições de vida que compõem o contexto social dessas mulheres. Ainda que os estudos desenvolvidos pela área da enfermagem apontem para uma perspectiva psicossocial e mais ampliada, o saber biomédico tem destaque enquanto enquadre e perspectiva hegemônica de produções da temática em seguida, contextualizando-se com

a cidade de Natal, buscou-se o contato com profissionais que pudessem conceder informações a respeito da existência e funcionamento de políticas públicas voltadas para as mulheres profissionais do sexo da cidade. Nessa tentativa, entrou-se em contato com profissionais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ) e do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Suas respostas foram unânimes: nenhuma conhecia qualquer política social estruturada que se relacionasse ou se preocupasse com os contextos vivenciais das profissionais do sexo do município. Ademais, também foi feita uma busca por documentos de legislação local voltados ao público das profissionais do sexo; para isso utilizou-se o site leismunicipais.com.br e o portal da ALRN com intuito de submeter as documentações a uma análise de conteúdo que, por fim, proporcionasse a discussão e problematização de como as políticas públicas se estruturam para o atendimento das principais demandas das profissionais do sexo da região. Mais uma vez, os resultados foram insatisfatórios pois nenhuma documentação que fizesse referência às profissionais do sexo na cidade de Natal foi encontrada no processo de pesquisa. A análise de conteúdo, portanto, tornou-se inviável, e mesmo fazendo parte do planejamento metodológico inicial, não foi possível prosseguir com esse processo, ficando o presente estudo limitado à etapa de revisão bibliográfica dos artigos anteriormente apresentados.

Nesse sentido, colocando-se os quatro artigos em análise, além das discussões específicas a cada um que já foram expostas, é possível tecer um diálogo que de maneira geral engloba todos os quatro estudos. Trata-se da percepção de um discurso de produções de saberes e enunciados sobre o sexo, do falar-se exaustivamente sobre o sexo, ao ponto até de articulá-lo a uma qualificação profissional. Como diz o autor francês Michel Foucault, em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*:

(...) cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. No século XVIII o sexo se torna questão de “polícia”. (FOUCAULT, 1988, p.26)

Essa gestão sobre o sexo, que passa a importar a ponto de se tornar tema central de discussões, reflexões e problematizações que constroem discursos de licitude ou ilicitude, tolerância ou intolerância, moralidade ou imoralidade, parece bem visível ao

falar-se sobre a atividade de comércio do sexo. Nessa perspectiva de sistema de utilidades, as profissionais do sexo poderiam ser consideradas mão de obra do trabalho sexual, porém se não há direitos, garantias e regulamentações, e ainda por cima se tratando em sua maioria de uma população de baixa renda, negra e de baixo nível de escolaridade, tais vulnerabilidades sociais são potenciais pretextos de exposição dessas mulheres a situações de violência e discriminação.

3 CONCLUSÃO

Diante dos cenários refletidos, a impressão que fica é que o reconhecimento de pessoalidade e humanidade parecem pedidos ilegítimos se voltados para aquelas que produziram nos seus modos de viver (e morrer) comportamentos desviantes de uma norma construída por uma cultura que dita determinados valores. Entretanto, percebendo-se tais pressupostos violadores instituídos nas relações sociais, cabe a(o) profissional de psicologia, como reflete os princípios fundamentais II e III do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o), atuar visando eliminar qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, norteando o seu fazer profissional por análises críticas e históricas dos cenários, sócio-econômicos, políticos e culturais.

Portanto, partindo-se das elaborações expostas, o presente estudo, ainda que não tenha conseguido seguir e cumprir seus planos metodológicos iniciais, assim como se limitado ao olhar de um público restrito - mulheres cis - que não contempla a classe das profissionais do sexo por inteiro, se propõe a ser antes de tudo um promotor de reflexões e provocações sobre a temática. Questionando o Estado pela inexistência de políticas sociais específicas ao público em questão, faz-se preciso também convidar e conscientizar a classe profissional de psicólogas(os) a uma responsabilização ético-política sobre a necessidade de transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- VILLA, E., CÂNDIDO, M., SISTE, L. F. (2016). **A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil: uma revisão integrativa;**
- RODRIGUES, M. (2009). **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?;**
- LIMA, F., MERCHÁN-HAMANN, E., URDANETA, M., DAMACENA, G., SZWARCOWALD, C. (2017). **Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras;**
- COLVERO, C. (2008). **Sexo como profissão: relações das profissionais em questão com o poder público;**
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Trad. M.T.C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988;
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005;
- Dia Mundial de Combate à Violência Contra as Profissionais do Sexo (2020). 1 vídeo (84 min). Publicado pelo canal 8M Unificado RMBH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwxJjTNGo80>.